



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

EXTRATO DE ATA Nº. 019/2011-CPJ, REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2011.

Aos dezenove (19) dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze (2011), às doze horas e dez minutos (12h10min), no Plenário da Procuradoria-Geral de Justiça, sito na Av. Cel. Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Presidente, e os Procuradores de Justiça, Drs. Evandro Paes de Farias, Flávio Ferreira Lopes, João Bosco Sá Valente, Carlos Antonio Ferreira Coêlho, Noeme Tobias de Souza, Nicolau Libório dos Santos Filho, Pedro Bezerra Filho, Maria José da Silva Nazaré, Maria José Silva de Aquino, José Roque Nunes Marques, Jussara Maria Pordeus e Silva e Antonina Maria de Castro do Couto Valle. Ausentes, justificadamente, os Procuradores: Rita Augusta de Vasconcellos Dias: Enferma; Alberto Nunes Lopes: Enfermo; Sandra Cal Oliveira: Audiência do T.J.; Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos: Enferma; Suzete Maria dos Santos: Audiência no T.J., Públio Caio Bessa Cyrino: Férias, Portaria nº. 1202/2011/PGJ). **I – Abertura, conferência de quorum e instalação da sessão:** a começar, procedeu-se à verificação de *quorum*, sendo a reunião de pronto instalada, haja vista a presença de treze (13) Procuradores de Justiça. **II – Leitura, discussão, aprovação e assinatura da Ata da sessão anterior:** não houve Ata para aprovação. **III – Leitura do expediente e comunicações do Presidente: Requerimento nº. 521225.2011.36536. Desdobramentos da investigação de possível fraude no Concurso da Defensoria Pública do Estado do Amazonas:** o Sr. Presidente informou que foi formulado um requerimento subscrito por sete (7) Procuradores de Justiça, endereçado ao PGJ, com o seguinte teor: *“Apraz-nos cumprimentá-lo com o presente, oportunidade em que os*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Procuradores de Justiça abaixo assinados, considerando a necessidade de esclarecer os graves fatos eventados nos documentos anexos, mais precisamente quanto à atuação deste Ministério Público no que pertine ao concurso para o preenchimento de cargos junto à Defensoria Pública deste Estado, vêm requerer a Vossa Excelência se digne pautar Reunião Extraordinária do Egrégio Colégio de Procuradores para o dia 19 de setembro do corrente ano, às 12:00 horas. Nessa diapasão, requerem, ainda, sejam-lhes encaminhados cópia do Relatório Conclusivo da Comissão Investigatória, criada para tanto, do Parecer do Gabinete para Assuntos Jurídicos-GAJ e da Denúncia oferecida por Vossa Excelência, enquanto Procurador-Geral de Justiça desta Casa. Ao ensejo, cumpre-nos esclarecer que não é pretensão dos subscritos usurpar funções atribuídas a Vossa Excelência, somente de ser informados e esclarecidos oficialmente sobre assunto institucional tão relevante”. Prosseguindo, o Sr. Presidente manifestou-se contra o pedido de cópia da denúncia oferecida pelo PGJ. Afirmou que está havendo um desvio de função por parte do Colégio de Procuradores e que se esta solicitação for atendida, daqui há alguns dias vai passar a pedir cópia de Pareceres dos Procuradores. Com que propósito a denúncia está sendo solicitada? Saber se está certo? Outro dia o Procurador-Geral ofereceu uma denúncia e foi chamado de açodado, agora está sendo chamado de desidioso. O que é que está havendo? Por que é que não se formula logo uma denúncia contra o Procurador-Geral de Justiça, ao invés de outros expedientes? O que é que está havendo? Eu tenho de prestar esclarecimentos sobre o quê? De que é que eu estou sendo acusado para eu prestar esclarecimentos? Tem um procedimento em curso, eu ofereci a denúncia e está no Poder Judiciário, eu não devo nenhuma satisfação, compete ao Poder Judiciário julgar minha denúncia, agora o Colegiado quer conferir teor de denúncia minha? Onde chegamos? Qual o propósito, em posso requerer agora cópia Parecer dos senhores? Eu também sou procurado por pessoas para comentar Parecer de Procurador no meu gabinete, eu não me meto, porque não é tarefa minha me meter em tarefa de Procurador, agora estão pedindo cópia de denúncia? Eu quero lhes dizer que eu dou por encerrado o assunto Defensoria da parte do Procurador-Geral, o que eu tinha



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

de fazer eu já fiz. Afirmou que esta foi entregue cópia de denúncia contra a sua vontade e que o pedido implica em acusar o PGJ de prevaricação. Houve presunção de delinquência do Procurador-Geral? Outro dia fui açodado porque denunciei um Promotor de Justiça, a menor expressão que eu ouvi aqui do meu procedimento foi açodamento, agora é prevaricador, querem saber por que é que eu não ofereci denúncia? Querem a conclusão do investigatório, querem o Parecer para checar, o Colégio não tem esse poder, nós estamos entrando em um caminho muito perigoso, o Colegiado tem o poder de fiscalizar o Procurador-Geral e deve fazê-lo, mas não por essa via de pedir cópia de denúncia, eu lamento que já tenha sido enviado, porque eu não enviaria, se eu tivesse conhecimento disso aqui, eu jamais enviaria, porque eu não posso renunciar a prerrogativa de Procurador-Geral, criaram um Conselho Superior agora para analisar as minhas peças, onde chegamos? Qual o propósito? Formule uma denúncia se tiver elementos contra o Procurador-Geral, formule de frente, com provas, indícios, depoimentos testemunhais, agora esse negócio de Blog do Holanda que está virando Diário Oficial do Ministério Público, não li a matéria e não vou ler, não assisti ao vídeo que hoje se refere à invasão do Ministério Público, também não vou ver, já constitui uma Comissão para apurar isso, de minha parte o assunto Defensoria é um assunto encerrado, recebi os Defensores em meu gabinete e disse a eles: se a vinda aqui é para dizer o que eu tenho que fazer, está encerrado o assunto, porque eu não vou subordinar a minha Instituição à desejos políticos internos de outra instituição, vocês sabem o que é que nós estamos fazendo? Importando a crise da Defensoria, por questão de eleição interna deles nós estamos dando guarida, agora por que é que eles não procuram a relatora para julgar o processo? O pedido de afastamento do Procurador-Geral com afastamento cautelar? Porque lá não dão atenção para eles, eles são fraudadores do concurso e nós estamos propondo isso na justiça, agora de repente o Procurador-Geral está virando réu, com pedido de cópia de denúncia, eu não aceito isso aqui, porque está na moda esse negócio de repudiar, então eu quero repudiar esse requerimento de pedir cópia de denúncia minha, estou há vinte e cinco (25) anos no Ministério Público, nunca vi isso, nunca vi nenhum Corregedor cobrar satisfação profissional



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

como estão fazendo comigo agora neste papel, eu repilo essa ofensa à minha honra, a minha dignidade profissional e como Procurador-Geral repilo energicamente, que não aceito o que estão tentando fazer comigo, mas não vou aceitar, não vou me calar, vou continuar na minha trajetória porque eu sou um homem honrado, essa história de que eu não denunciei o José porque a Dra. Domingas Laranjeira queria, ela que foi recebida aqui nos gabinetes e anda espalhando na cidade que eu não denunciei porque acolhi a um pedido formulado pelo Governador do Estado, eu estou com a queixa crime pronta, eu vou reparar a minha honra no local apropriado, porque me chamaram de prevaricador dentro do Ministério Público e quem retarda ou deixa de praticar para atender interesses pessoais é o prevaricador e chamaram esse Procurador-Geral de prevaricador e eu tenho testemunhas e a denúncia e a queixa crime estão prontas e vou ajuizar e vou fazer de frente com a pessoa que fez isso comigo, eu não vou ficar conversando, com conversas por ali, eu vou fazer de frente e quem tiver que façam também com relação a mim, que façam uma representação contra mim, a respeito de ligação de Escritório de Lino Chixaro, a respeito de possibilidade de investigação subalterna para chegar a mim, vamos enfrentar, eu quero uma representação contra o Procurador-Geral, porque eu sou honrado, eu não tenho nada, eu não vou aceitar pedido de cópia de denúncia e lhes confesso que foi a maior ofensa que recebi em toda a minha carreira e especialmente por um órgão que não tem competência para fazer isso e o Colegiado deveria saber que não tem atribuição para cobrar peça profissional de quem quer que seja, especialmente do Procurador-Geral, não tem atribuição, de onde é que surgiu essa atribuição de uma hora para outra, da presunção de delinquência do Procurador-Geral, que tudo que acontece é grave, e então aparecem as conversas, é grave, é crise institucional, o que é grave? Apontem uma conduta minha, agora eu não quero fuxico, eu quero prova, ilações apressadas, chamamento de Promotor durante o expediente em gabinete, isso não, eu quero me defender, mas eu quero ser acusado formalmente, então era isso que eu tinha a lhes dizer, de minha parte não toco mais no assunto Defensoria Pública, é um Processo que está ajuizado, compete ao Tribunal de Justiça dizer se está certo ou se está errado, agora infelizmente este material foi



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

fornecido contra a minha vontade, cópia de denúncia, vão me ensinar agora como é que eu devo proceder, vão dizer porque aquela da semana passada não havia o tipo, agora houve a desídia, vão ensinar agora o Procurador-Geral a fazer o seu ofício, não preciso de ensinamento e o meu não é ilação não, está aqui o documento, eu não estou fazendo ilação porque me disseram, porque me procuraram, tem um documento aqui apequenando esse Procurador-Geral, tem um documento aqui pegando autonomia funcional para o Procurador-Geral, nós vamos parar aonde? O nosso limite qual é? Escrachar? Injúria? Difamar? Apequenar essa instituição? Quem é que ganha com isso? Lhes confesso que eu não tinha lido isso aqui, essa brincadeira de mal gosto que fizeram com o Procurador-Geral. Imagem se eu pedisse cópia de um Procurador, já sou delinquente, primeira semana açodado, foi o melhor elogio que recebi aqui foi de açodamento, agora de prevaricador e por isso precisam dos documentos para ver onde foi que ele prevaricou mesmo, mande cópia disso e daquilo, criaram um órgão superior do Procurador-Geral, a cada uma denúncia, uma reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores, se sair no Blog do Holanda melhor ainda, nós queremos o quê com o Procurador-Geral? Queremos destituí-lo? Vamos destituir, vamos de frente, vamos enfrentar, a honra deste Procurador, vamos provar que ele é delinquente, agora pedir cópia de denúncia, com que propósito? Não foi republicano esse propósito, eu tenho de dar satisfação agora de denúncia minha, aonde chegamos, fim da vida de membro do Ministério Público, eu tenho que prestar conta agora de denúncia minha, coisa que o Promotor de Justiça Substituto não tem que fazer com ninguém, coisa que nos áureos tempos da petulância, da arrogância do Ministério Público, nunca houve isso, hoje está acontecendo com o Procurador-Geral, onde chegaremos? De minha parte prometo que não falo mais no assunto, não tenho explicação nenhuma a dar e infelizmente este material foi fornecido contra a minha vontade, se tivesse lido eu não teria deferido e isso não é assunto institucional, pedir cópia do relatório da comissão, do parecer do gabinete e da denúncia para os meus chefes saberem se eu fiz certo, para saber se está tudo direitinho, se estiver tudo direitinho não tem problema não, agora se não tiver? Ele de minha parte não vai para o Blog do Holanda, agora insisto nisso, eu não aceito essa provocação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

desnecessária a este Procurador-Geral, essa intromissão na tarefa do Procurador-Geral, eu não posso aceitar, o precedente é perigoso, insisto, não vou abrir mão de minhas prerrogativas, vou continuar denunciando quem as provas autorizarem, não vai ser Domingas Laranjeira que vai dizer quem é que o Ministério Público deve denunciar, não vai ser Blog do Holanda que vai dizer quem é que o Procurador-Geral deve denunciar, quem vai dizer quem eu devo denunciar são os elementos produzidos pela Assessoria e pelas Comissões, não adianta que Blog do Holanda não vai fazer eu incluir ou excluir alguém de denúncia, eleições internas da Defensoria não alterarão o meu sentimento sobre o cumprimento do meu dever, eu disse isso aos Defensores, vou usar uma expressão lá de Humaitá, saram com o “rabinho entre as pernas”, chegaram para conversar meio alvoroçados, não pediram audiência para mim porque não queriam falar comigo, eu estava no Tribunal Pleno quando fui informado que os Defensores estavam rebelados, estavam vindo ao Ministério Público com documentos para exigir que fosse oferecida denúncia contra ele e foram recebidos aqui, não pelo Procurador-Geral, se eu fosse procurado por uma camareira dessa eu diria, isso é coisa do Procurador-Geral, eu não tenho nada a ver com isso, aí no dia seguinte eu recebi, vem com esse negócio de documentos para cá, eu perguntei, olha qual o propósito da reunião? Se é para dizer o que eu tenho que fazer está encerrada a reunião, os senhores não vão mandar em mim, quem manda aqui é o material produzido e eu não vou me curvar a sentimento, negócio de eleição interna, de Tibiriçá para cá, de Tibiriçá para lá, porque já inventaram que eu vazei, também inventaram que eu tinha vazado diligências que seriam realizadas para proteger o Tibiriçá, o que há de concreto é que eu ofereci denúncia contra o Tibiriçá e pedi o afastamento dele e agora eu tenho que prestar conta aqui para dizer por que eu não fiz denúncia com relação aos demais, esse é o comportamento desse Procurador-Geral, de que me acusam para ir lá procurar documentos para ver se está certo? Eu sou acusado de que meus colegas Procuradores? O que é que pesa contra mim? Promotor é chamado em pleno expediente em gabinete, dois (2) Promotores foram chamados, em pleno expediente, inclusive um deles chegou a relevar que foi convidado a revelar o teor de escuta telefônica, se é verdade eu não sei, ele que disse, estão agora



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

fazendo carta anônima moderna contra mim, através de torpedos, carta anônima agora na era da cibernética contra o Procurador-Geral através de torpedos para cima e para abaixo, onde chegamos? Tudo bem não tem problema, eu quis vim para cá eu sabia que era espinhoso e não vou desistir não, vou continuar e se há alguma questão eleitoral nisso, a reeleição eu decido momento apropriado, se decidir a ser candidato, serei candidato, concorri a cinco (5), ganhei cinco (5), figurei em 3 (três) em primeiro lugar, não figurei nesta quarta por conta de forças externas, todos nós sabemos, inclusive o Ministério Público funcionando no dia da eleição, com carro oficial para transportar eleitor, houve aqui, todos nós sabemos, Ministério Público funcionou como comitê eleitoral, pagamentos foram efetuados no dia da eleição e quando a Dra. Jussara questionou a lisura do processo, disseram, eu votei, mas esse negócio do dinheiro pé direito mesmo, a única que levantou foi a Dra. Jussara para questionar, onde é que saiu isso? Em todos os jornais, que o Ministério Público estava a serviço de uma candidatura, inclusive o Secretário-Geral com uma lista de pagamento ligando para as pessoas, o carro oficial transportando Promotor da Cidade Nova para cá, para votar, só tem um detalhe, se eu for candidato isso não vai acontecer, se eu for candidato ou afastado, o Ministério Público não será utilizado a serviço de candidatura, ganhei cinco (5) sem Ministério Público, me meti e ganhei, para tristeza de muitos, mas ganhei, não tenho grupo político, minha campanha eu faço sozinho, campanha da enchação de saco, vou atrás de um, mando o meu folder, é assim que eu trabalho, se for o caso vou sair candidato de novo, mas isso vai ocorrer daqui há um ano, isso tem a ver com eleição? A gestão está indo bem, os avanços são consideráveis, negar os avanços do Ministério Público só quem é doente, vamos fazer concurso, vamos nomear mais Promotores, compramos o prédio, compramos o terreno, estamos iniciando as nossas obras do Interior, estamos pagando pendências financeiras que não se constituem nenhum favor, é dever, mas estão sendo pagas, aliás com dois (2) meses de gestão se pagou o PAE, assumi no dia 14 de outubro, no dia 14 de dezembro creditado, a Dra. Jussara sabe que recebemos a casa com dificuldades orçamentárias e financeiras, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) de orçamento, tinha que empenhar folha de 7.000.000,00 (sete milhões



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

de reais), isto é fato e aí agora pesa sobre o Procurador-Geral insinuação de prevaricação? Por que é que não se formaliza uma denúncia contra o Procurador-Geral de prevaricador? Pronto eu não sei o que é que está acontecendo eu vou me defender, agora convocação de Extraordinária para discutir desdobramento? Eu vou ter que discutir desdobramento? Quem tem que discutir desdobramento é o Poder Judiciário, eu já fiz a minha denúncia terminou, desdobramento? Eu tenho que ficar explicando desdobramento? Terminou o processo, eu ofereci a denúncia, cabe ao Tribunal julgar, enfim, agora a cada uma matéria um tenho de reservar parte na minha agenda para vir aqui me defender, me defender de quê? Quem atribui conduta de prevaricador calunia, quem atribui conduta de vazador de informações calunia e eu que sou o réu, cópia do que o senhor fez, pode mandar para cá, vamos ver se está tudo direitinho, está aqui, o que é isso? Querem o quê? Querem me execrar? Querem de desqualificar? Não vão conseguir, eu estou em companhia da retidão, eu sou honrado, eu desafio alguém que tenha prova com relação a mim, eu desafio, já foram procurar o vendedor do terreno para saber se realmente o valor era esse, pasmem, sabe qual foi a resposta do vendedor do terreno? É, houve muita confusão do valor. O Procurador-Geral pedindo para diminuir, proposta inicial R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), o Ministério Público comprou por R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões, oitocentos mil reais), metragem abaixo do valor de mercado daquela área, foram procurar o proprietário do terreno para ver se encontravam atrás de mim alguma tísica na minha conduta, não vão encontrar, não sou melhor do que ninguém, mas eu sou um homem honrado, eu tenho uma mãe de setenta e nove (79) anos, eu tenho filhos crescidos, mas a minha maior herança foi aquela que eu trouxe lá de Humaitá, que eu aprendi com Salú, que o Dr. Bosco conheceu, essa é minha herança, trazida lá do Salú, lá de Humaitá, que era seringueiro no Rio Been, Dr. Roque também o conheceu, como Coletor de Renda concursado, essa é a herança minha, vinda de lá do Sul do Amazonas, não vai ser aqui não que vão dizer que este servidor público é delinquente, ele é delinquente só falta as provas, vamos buscar e infelizmente se fornecer este documento, cópia de denúncia do Procurador-Geral é um absurdo. Eu encerro as minhas considerações dizendo que não vou dar nenhuma



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

satisfação, não estou aqui para dar satisfação sobre o trabalho meu, de titular da Ação Penal, podem dizer o que quiserem, não vou dar uma palavra sobre isso, o meu trabalho está traduzido em uma denúncia formulada que competirá ao Poder Judiciário dizer o que é que vai fazer com ela, inclusive se eu sou prevaricador ou não, tenho dito e faculto a palavra à discussão. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antonio Ferreira Coêlho** disse: inicialmente para lamentar o tom que Vossa Excelência empreendeu a um requerimento formulado por pessoas que são tão honradas quanto Vossa Excelência, pessoas que não estavam brincando quando fizeram o requerimento. Que Vossa Excelência tenha entendido mal, a real intenção dos subscritores do requerimento, até porque a parte final do requerimento, foi exatamente neste sentido, que não se entendesse que os membros do Colégio de Procuradores estavam querendo se imiscuir numa atribuição que é exclusiva de Vossa Excelência, o problema que nos levou a pedir uma reunião extraordinária foi exatamente para espancar de uma vez por todas essa turbulência de notícias de Blog que eu não aceito, confesso que nem problemas de eleição, porque quem está lhes falando aqui sequer é eleitor, muito menos um candidato, o que se buscou aqui foi exatamente o fôro adequado para que determinadas notícias que estão sendo veiculadas e para as quais eu inclusive fui procurado aqui e vou dizer, quem me procurou, qual foi o encaminhamento que eu dei, absolutamente correto, absolutamente ético. Primeiro, pela ordem cronológica dos fatos, provavelmente no dia dezesseis (16) de agosto do corrente ano, eu estava em meu gabinete, não fui procurar ninguém, quando recebi a visita do Dr. Públio Caio, por volta de oito horas e trinta minutos (8h30min) ou pouco mais, bem cedo, chegou e me disse o seguinte, eu quero prestar esclarecimento a todos os colegas quais os fatos diante dos quais eu fui um dos cabeças deste requerimento e assumo publicamente a minha postura, e ele disse-me o seguinte: Carlos eu queria que fosse até o gabinete do Corregedor-Geral porque eu tenho um fato grave a narrar, eu vou dizer na frente do Corregedor e faço questão que você me acompanhe, isso foi feito, eu acompanhei o Dr. Públio Caio, até a presença do Dr. Nicolau Libório, em lá chegando, sucintamente o Dr. Caio disse mais



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

ou menos o seguinte: “que um grupo de Defensores Públicos estava reunido do gabinete do Dr. Lino Chicharo e que ao estarem lá reunidos, nesta ocasião, lá chegou no escritório do Dr. Lino Chicharo o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, Dr. Francisco Cruz, abriu a porta do local onde estavam reunidos, tratando de assuntos pertinentes a eventuais irregularidades cometidas no concurso da Defensoria Pública e sinalizou isso, o Lino Chicharo Chicharo saiu e quase que me imediato voltou e dissera então, não sou eu que está dizendo, estou dizendo que o Dr. Públio Caio falou na presença do Dr. Nicolau Libório e que o Dr. Lino Chicharo virou-se então para os presentes na ocasião e dissera mais ou menos o seguinte: “Olha a questão da nulidade do concurso está bastante adiantada, inclusive o Procurador-Geral acaba de me dizer que já foram expedidos mandados de busca e apreensão contra Tibiriçá e não sei mais quem, quando ele acabou de dizer isso, o Dr. Nicolau Libório falou: Eu já sabia deste fato, eu virei então para o Dr. Públio Caio e disse o seguinte, Caio isto é sério, isso não pode ficar no disse me disse, nós não poderemos permitir que essa coisa ganhe repercussões que venham em prejuízo do Ministério Público. Foram tomadas por termos as declarações dessas pessoas ou elas fizeram alguma coisa por escrito? Não, conversamos mais alguma coisa muito rápida, descemos e fomos ao meu gabinete e eu perguntei então dele que encaminhamento que nós deveríamos tomar porque isso não pode ficar na base do disse me disse, a narrativa do fato é séria, isso pode ter gravidades, isso aí não pode ficar na base do disse me disse, quem foram essas pessoas que estavam lá e ele me declinou o nome de algumas, feito isto, eu liguei para um desses membros da Defensoria, que eu conheço a bastante tempo e disse: olha fulano, há um caso grave que eu acabo de tomar conhecimento que você soube, testemunhou, mas que não dá para falar por telefone, se eu puder contar com a sua boa vontade, quando você dispuser de um tempo, você puder vir até aqui eu gostaria de conversar pessoalmente e a pessoa disse eu estou indo aí imediatamente e eu disse: então pode vir e essa pessoa esteve em meu gabinete e efetivamente confirmou o fato, da presença do Procurador-Geral, porém disse não ter ouvido o que o Dr. Lino Chicharo havia falado para os demais colegas, porque ele estava atendendo o celular, mas como é que se



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

pode afirmar, mas ele disse, outros viram e disseram e então eu questionou: Quem são estes outros? Você pode trazer aqui, no dia seguinte ele veio e trouxe outra pessoa, o Dr. Públio Caio não mais estava no dia seguinte, parece que tinha viajado para tratar alguma coisa de um visto da viagem dele e que não estaria presente no dia seguinte. No dia seguinte a pessoa da Defensoria que estivera no dia anterior, compareceu em companhia de mais um membro daquela Instituição e esta segunda pessoa, confirmou a frase que havia dito, eu ouvi e o Dr. Lino Chicaro falou isso aí, e eu disse: olha gente, isto é grave, isto aí é sério e não pode ficar na base do disse-me-disse, eu gostaria entretanto que não houvesse qualquer comentário uma vez que isto aí tem que ir tem que tomar o encaminhamento oficial, não pode ficar amanhã ou depois sendo publicado em periódicos, jornais, em Blogs, etc., os senhores querem formular isso por escrito, eu encaminho a quem de direito? Ou se pretenderem eu posso tomar por termo as declarações, contanto que vocês tenham feito isso espontaneamente, comparecido, porque há um Presidente da Comissão que no caso é o Dr. Carlos Fábio e eu irei encaminhar para ele. Eles disseram: não, nós se chamados formos, nós confirmaremos o que houve, eu disse: só que eu não tenho legitimidade para chamá-los, eu vou fazer então o seguinte, vou telefonar ao Dr. Carlos Fábio não sei se ele está aqui e encaminhar a questão para ele. Eles disseram: o senhor pode fazer isso, mas nós não gostaríamos de estar presente neste momento. Em seguida eu disse, então tudo bem, então me digam quais são essas pessoas que estavam presentes na reunião, lá no escritório do Dr. Lino Chicharo, eles então me disseram o nome e eu de próprio punho, escrevi o nome dessas pessoas, salvo engano no papel onde estava a pauta da reunião da lá sessão do Tribunal que eu havia comparecido no dia anterior, telefonei ao Dr. Carlos Fábio, Presidente da Comissão, isto não foi nada feito às escondidas, foi feito de uma forma transparente⁴ como eu sempre agi, pedi então para o Dr. Carlos Fábio comparecer ao meu gabinete, isto foi feito alguns minutos depois porque eu estava terminando um problema, na presença do Dr. Carlos Fábio eu contei os mesmos fatos, essas pessoas vieram aqui por essas razões e disse quais as razões, se propõe não só a testemunhar este fato outros referentes a prováveis irregularidades referentes à questão de licitação na questão do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

concurso da Defensoria Pública, eu disse, bom, essa questão eu não tenho nada a ver com isso, mas foi então encaminhado, a quem eu encaminhei essa relação? Ao Presidente da Comissão Investigadora do problema, o encaminhamento por conseguinte que eu dei, foi absolutamente ético, moral e se tivesse que fazê-lo eu farei tantas vezes quanto forem necessárias, ou seja, encaminhar as coisas a quem de direito e não ficar comentando nos corredores e não ficar convocando Promotor para gabinete, porque se alguém fez isso aqui, esse alguém não foi Carlos Coêlho, as coisas que eu faço eu assumo publicamente, bom, este foi o primeiro episódio então. Há um segundo episódio que teve também a minha participação para a qual em nenhum momento eu tomei a iniciativa, mas fui instado no meu gabinete de trabalho, no momento, no horário de trabalho e em que momento isso ocorreu? Exatamente no dia quatorze (14) do corrente mês, em que aproximadamente às onze horas (11:00h), a Dra. Thereza Cristina ligara para o meu gabinete, eu estou pensando que poderia ser alguma orientação, porque vários colegas pedem orientações com relação a questões técnicas e a Dra. Thereza Cristina, não sei se está aí, eu gostaria que estivesse, me parece que não está, dissera o seguinte para mim: Carlos eu estou aqui com alguns Defensores Públicos que estão indignados pelo fato do Sub-Defensor não ter sido denunciado, não obstante haver um Parecer. Eu disse a ela: eu acho este um assunto extremamente delicado para tratar por telefone, se você quiser você tem aqui, se quiser trazer algum Defensor o meu gabinete está aberto, se trata de questão de interesse público. Ela disse: não posso fazer isso porque eu estou viajando às duas horas da tarde de hoje, mas os colegas que estão aqui podem ir aí? Eu respondi: podem e aí eu dei o encaminhamento que sempre dei, não me recuso a receber ninguém, meio-dia eu subi para almoçar e dei o seguinte recado para a minha Assessora: Comunique à Portaria que se chegarem alguns Defensores, para eles aguardarem que eu estou almoçando, não devo demorar. Eu estava no restaurante quando dois (2) Defensores Públicos e um (1) candidato compareceram ao restaurante e aí eu dei com a mão, convidei-os a almoçar, recusaram e disseram: nós vamos falar com você ou com a Dra. Jussara, se vocês quiserem adiantar alguma coisa, compareçam no gabinete da Dra. Jussara que tão logo eu termine de almoçar, eu estarei lá



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

no gabinete da Dra. Jussara. Ao chegar no gabinete da Dra. Jussara eles colocaram uma verdadeira catacumba de documentos lá incluindo questão de blogs com ofensas a membros do Ministério Público para os quais o Colégio não pode ficar omissos e que o cidadão dizia que aqui no Estado havia uma quadrilha de canalhas, era essa a expressão, integrada por Promotores de Justiça, se fosse membros do Ministério Público ou tivesse declinado Procurador de Justiça eu já teria interpelado judicialmente este cidadão, como ele especificou Promotor de Justiça, eu acho que isso compete a qualquer Promotor, interpelar para saber que canalha é esse, o certo é que há uma ofensa a um membro da Instituição para o qual o Colégio de Procuradores tem atribuição para desaguar, mas nós precisamos antes ter um esclarecimento dos fatos e ao dizerem e já está sendo divulgado isso constantemente, que o Ministério Público não teria procedido corretamente, segundo alguns que levam essas notícias para os jornais, que não é Carlos Coêlho, desde já se diga, essas notícias todas que vão de encontro e não ao encontro da boa imagem do Ministério Público, fizeram com que nós quiséssemos ouvir do Procurador os esclarecimentos necessários, para inclusive sair em defesa da Instituição e se lamenta que Vossa Excelência, Sr. Procurador tenha dado uma conotação inteiramente distorcida àquilo que foi a real intenção dos membros deste Colégio, ao dizer que nós o chamamos de prevaricadores, que nós queremos controlar o seu ato, em absoluto, isto está colocado inclusive na parte final, Vossa Excelência mais uma vez açodadamente tirou uma conclusão e aqui eu repito, eu assumo o que eu estou dizendo, mais uma vez ao ler no exato momento e certamente envolvido pela emoção de outros problemas, resolveu criticar, chamar a peça dos membros deste Colégio de brincadeira, ninguém aqui está brincando, Vossa Excelência é chefe de família, eu também sou, se Vossa Excelência tem vinte e seis (26) anos de Ministério Público, eu tenho quase trinta (30), se Vossa Excelência tem filhos, eu tenho filhos e netos, sou tão honrado quanto Vossa Excelência, portanto para que eu tenha a minha honra respeitada, eu respeito também a honra dos outros, em nenhum momento e eu fui o primeiro a subscrever a peça de requerimento, houve qualquer preocupação dos membros deste Colégio, isto está colocado na parte final, até porque queria-se discutir aqui



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

não que a gente vá sair daqui com uma decisão pronta e acabada, porque isto implicaria em reformas profundas, talvez até quiçá em Constituição e isto certamente não mais me alcançará, por uma razão muito simples, eu estou com sessenta e cinco (65) anos de idade e não vou aguardar que o tempo pelo seu decurso venha me dá um ponta pé no traseiro para eu sair desta Instituição, eu me anteciparei possivelmente, muito mais rápido do que muitos pensam, porque chega de tanta fuchicagem, de tanta intriga no âmbito desta Instituição. Eu gosto das coisas clara, transparente e por isso é que foi pedido um esclarecimento para que nós tivéssemos elementos palpáveis de informação e informação oficial dada pelo Procurador-Geral, para que nós puséssemos tomar posição. Lamentavelmente Vossa Excelência interpretou o requerimento de outra forma, como se nós estivéssemos lhe acusando, estivéssemos lhe chamando de prevaricador, quando em nenhum momento, nem de forma implícita isso representa, agora para se não dizer que a gente não tem uma posição, porque que eu dei o encaminhamento a essas questões, sobretudo a primeira, em que o nome de Vossa Excelência era declinado, entendi que era um fato extremamente sério, entendi como entendo, se, vejam bem, eu estou colocando no condicional para que não se deturpe as milhas palavras, que se este fato que eu não cobrei, passei para o Dr. Carlos Fábio a relação enquanto Presidente da Comissão e sabendo de antemão que Vossa Excelência ia tomar conhecimento, até porque tinha de tomar conhecimento, indiretamente era para levar ao seu conhecimento, Vossa Excelência sendo a autoridade legitimada para propor a Ação, o Tibiriçá ia tomar conhecimento deste fato, evidentemente que sim, não foi feito nada às escondidas, foi feito a relação de próprio punho, se eu tivesse que fazer, não faria com a minha própria letra, agora se, estou colocando no condicional, se efetivamente Vossa Excelência compareceu ao escritório do Dr. Lino Chicharo, onde se estava tratando questões referentes a ilegalidade no Concurso Público, pratica no curso do Concurso da Defensoria Pública, para tratar com um amigo particular seu, neste local de trabalho, opinião pessoal minha, se confirmado todos estes fatos, no mínimo a atitude de Vossa Excelência viola os mais mezinhos princípios de ética, é o que eu tinha a dizer. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse: Tem um requerimento dos Procuradores



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

pedindo cópia da denúncia do Procurador-Geral e isso não tem proteção legal, não há motivo que justifique, fornecimento de Denúncia do Procurador-Geral, de peça profissional, por mais nobre que tenha sido a motivação, não cabe pedido de cópia de denúncia do Procurador-Geral, por que? Para confirmar o quê? Se fez certo? Se o Procurador-Geral agiu certo? Porque teve um fuxico lá não sei aonde? Porque o Promotor de Justiça disse que Tereza Cristina teria dito que teria um áudio que envolvia o nome do Procurador-Geral? Que o Procurador-Geral foi no escritório do Dr. Lino Chicharo e aí? Isto por si só já é presunção de delinquência, o Procurador-Geral, já não denunciou fulano, pronto, está fechado, Procurador-Geral já um criminoso, falta só a pena, eu insisto nisso, me sinto ofendido com este requerimento, não autorizei isso, se soubesse não lhes teria fornecido esse documento, não é tarefa desse Colegiado se imiscuir, estão querendo se imiscuir sim, quando se pede cópia de Denúncia do Procurador, eles querem a conclusão do Inquérito, do Procedimento, eles querem o Parecer e a Denúncia, para dizerem, ah, realmente então o fuxico da Domingas está certo, excluimos fulano, quando as provas disse... Quem é que é Corregedor do Procurador-Geral para pedir documentos para analisar porque a testemunha disse que tinha elementos e o Procurador-Geral não denunciou, a parte pode agora vir procurar o Ministério Público para exigir, eu fui procurado também no meu gabinete, Dr. Carlos pelos familiares daquele episódio do Café do Norte, queixando do Parecer do senhor, e eu sim, agi com o comportamento correto, se esta é a posição do Procurador de Justiça, respeite e dei a destinação devida para aquele fuxico no meu gabinete, não mandei chamar ninguém não para conversar, olha o que me disseram, isto aqui é grave, fui procurado pelos familiares, sim, para se queixar disso e a resposta minha foi aquela resposta de Promotor de Justiça, esse negócio de ser procurado eu também sou e no caso do Café do Norte eu fui procurado e eu dei a destinação correta, não dei trela, não permiti que aquilo tivesse repercussão, eu disse, aqui é Ministério Público, Procurador age orientado pela sua convicção e pelas provas e encerrei a conversa lá, ninguém soube disso, porque não permiti crescimento disso, até em respeito à biografia e seriedade de Vossa Excelência, não fiz nenhum favor, não permiti, não



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

chamei ninguém, não expandi este fuxico menor, esta injúria contra o senhor, eu não expandi, morreu dentro do gabinete onde eu fui procurado e é assim que eu acho que o comportamento dos senhores deveria ter sido feito, ah eu quero conversar com o senhor, vá lá com o Procurador-Geral, ah, está aqui um monte de documentos, ah, agora Procurador agora virou Dr. Tutor de Defensor, está aqui os documentos, porque ele não denunciou, manda buscar o processo para ver se ele agiu certo, esse é o fato concreto, este Procurador está sendo interpelado, pelo fato de não ter agido porque a Domingas queria que fulano de tal fosse denunciado por conta de uma eleição, vejam que é um fato concreto meus colegas Procuradores e eu não posso aceitar essa insinuação porque eu não sou um desidioso, um prevaricador, aí a necessidade de buscar o documento para comprovar se eu sou ou não, por que é que se quer a cópia do documento do Procurador? Para me elogiar, ou para constatar, olha aqui o depoimento e a denúncia não colocou logo é um prevaricador, isto é para constatar com documentos, está aqui o pedido, cópia dos relatórios, eu vou começar a pedir cópia de relatórios de Procurador também agora, vou começar, é o jeito, Dr. Roque. Dra. Noeme é testemunha, certa vez uma Promotora de Justiça que trabalhava junto com o médico, queria saber a situação do processo, se a Dra. Noeme já havia lançado o seu Parecer a respeito, eu peguei e pedi que se telefonasse para o gabinete da Dra. Noeme, Dra. Noeme disse que queria por escrito, o pedido da cópia do seu Parecer, não foi Dra. Noeme? Eu não me meto em nada, eu não fico lá dando ouvido para essas coisas da rua, para importar crise de Domingas Laranjeira, que alias é uma moça que toda a Manaus conhece, da sua marca registrada, é inimiga da honra alheia, essa Domingas é conhecida como inimiga da honra alheia, não teve coragem de ir no gabinete da Desembargadora para cobrar providências, porque até hoje não foi despacho o pedido cautelar formulado por este Procurador-Geral, não tiveram coragem de ir lá, mas no Ministério Público tiveram coragem de vir para cá, com papelucho debaixo do braço, para dizer o é que o Procurador-Geral tem que fazer,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Prosseguindo, o Procurador **Carlos Antônio Ferreira Coêlho** afirmou que o Procurador Público Caio Bessa Cyrino o convidou para ir ao gabinete do Corregedor Nicolau Libório, onde ouviu do referido Procurador que o PGJ havia comparecido ao escritório do Dr. Lino Chixaro e prestado informações a Defensores acerca da investigação da Procuradoria. Afirmou que entrou em contato com um Defensor que teria ouvido a história e este confirmou, indicando as pessoas que estavam presentes. Relatou também que a Promotora Tereza Cristina Coêlho da Silva o procurou no dia 14 de setembro de 2011, afirmando que estava acompanhada de Defensores Públicos que se insurgiram contra o não oferecimento de denúncia contra o Dr. Gualberto Graciano de Melo. Prosseguindo, afirmou que o pedido de cópia da denúncia não pretendia acusar o PGJ de prevaricação, mas sim saber dos fatos para



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

poder estão desagruar

IX – Encerramento: nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,, **Lucíola Honório de Valois Coêlho da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Sr. Presidente e por todos os Procuradores presentes.

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ
Presidente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

EVANDRO PAES DE FARIAS
Membro

FLÁVIO FERREIRA LOPES
Membro

JOÃO BOSCO SÁ VALENTE
Membro

CARLOS ANTÔNIO FERREIRA COELHO
Membro

NOEME TOBIAS DE SOUZA
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Membro

PEDRO BEZERRA FILHO
Membro

MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ
Membro

MARIA JOSÉ SILVA DE AQUINO
Membro

JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA
Membro

ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE
Membro